

Áudios complicam ex-gestores

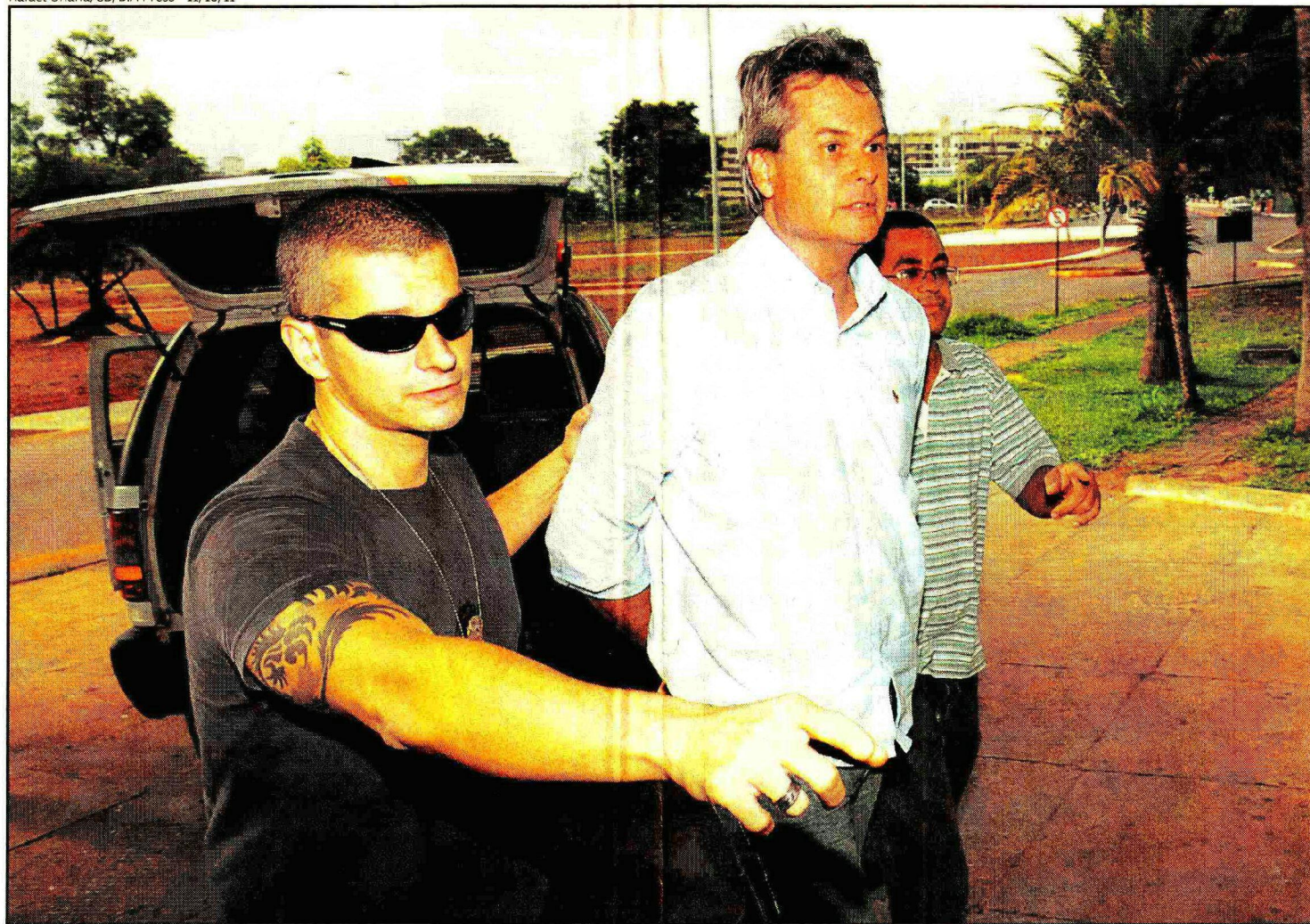
Rafael Ohana/CB/D.A Press - 11/10/11

» MARA PULJIZ

Duas gravações de áudio são algumas das provas que a Polícia Civil reúne sobre o suposto esquema de pagamento de propina a ex-gestores da Secretaria de Transportes do DF. Diretores da Cooperativa dos Profissionais do Transporte Alternativo do Gama (Coopatag) gravaram as extorções que teriam sido feitas em dois encontros pelo ex-secretário adjunto de Transportes do DF, Júlio Luis Urnau, e pelo ex-subsecretário da pasta, José Geraldo de Melo, entre 2008 e 2009. Os dois foram presos durante a Operação Regin, deflagrada no último dia 7.

Os áudios estão sendo analisados por peritos e fazem parte do inquérito em andamento na Divisão Especial de Repressão a Crimes contra a Administração Pública (Decap). A investigação aponta que foram pagos R\$ 800 mil de propina, que teriam sido divididos entre Urnau e José Geraldo. Na gravação, os dois teriam mencionado que a quantia seria distribuída entre o ex-secretário da pasta, à época Alberto Fraga, e o ex-governador José Roberto Arruda. Os dois negam as acusações.

Interceptações telefônicas feitas pela polícia também apontam a existência do esquema criminoso. O monitoramento dos diálogos foi feito entre 20 de junho e 20 de julho deste ano. As escutas, segundo a Justiça, forneceram “provas indicativas da prática de grande número de crimes, entre eles os de concussão, corrupção, fraude em licitações, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro”. As gravações mostram ainda que, sem o pagamento da quantia exigida, a Coopatag não teria o direito de operar as linhas na região do Gama.



Júlio Urnau, ex-secretário-adjunto da pasta, foi preso durante a operação deflagrada no último dia 7 pela Decap, da Polícia Civil

Na decisão que fundamentou a prisão de outras três pessoas — do consultor financeiro da Coopatag, Adevandro Pereira da Silva, e dos diretores da cooperativa Josenildo Batista da Silva e José Estelito Lopes —, a juíza da Vara Criminal e do Tribunal do Júri da Núcleo Bandeirante, Delma Santos Ribeiro, viu indícios de vazamento da operação policial e de que o grupo estaria agindo para confeccionar documentos falsos. Em uma interceptação

telefônica, os suspeitos teriam combinado como envelhecer os papéis para dar impressão de eles terem sido produzidos à época em que Júlio Urnau ocupava a cadeira de secretário-adjunto de Transportes.

Exigência

A investigação aponta ainda que Alberto Fraga, Urnau e José Geraldo “exigiram da Coopatag a importância de R\$ 600 mil (valor

inicial que teria aumentado depois em R\$ 200 mil), a título de propina, para que a cooperativa pudesse entrar com 50 microônibus para explorar o transporte coletivo de passageiros”, embora a entidade tivesse vencido licitação. Mesmo assim, a Coopatag só teria conseguido operar no sistema após pagar a quantia exigida.

A polícia acusa ex-gestores da Secretaria de Transportes de fazer uma sindicância fraudulenta para cassar o lote da Cooperativa

Brasiliense de Transportes Autônomos, Escolares, Turismo e Especiais do DF (Coobrataete), a fim de colocar a Coopatag em seu lugar. Os R\$ 2 milhões depositados pela Coobrataete no fundo de transportes acabaram transferidos, em forma de créditos, para a Coopatag. Isso só teria sido possível graças ao pagamento de propina ao então secretário de Transporte do DF e também delegado de polícia, Paulo César Barongino, além

de José Geraldo de Oliveira.

Essa transferência teria sido sugerida por Adevandro Pereira, preso na operação, mas acabou anulada no último dia 26. Com isso, os créditos voltaram para a Coobrataete. Ao **Correio**, Adevandro admitiu que a Coopatag foi extorquida pelo GDE, mas disse que todas as acusações contra ele são mentirosas. “Não recebi ou paguei nenhuma propina em relação à transferência dos créditos”, garante.

» Memória

Outras suspeitas

Júlio Urnau e José Geraldo também são investigados por suposto envolvimento em um esquema de propina em contratos firmados entre o DFTrans e o Centro de Assistência Social às Pessoas Portadoras de Deficiências do DF (Casped). A apuração revela o desvio de dinheiro público, de 2007 a 2010, período em que vigorou convênio que tinha o objetivo de intermediar a indicação de deficientes físicos para trabalhar na autarquia sob ingerência da Secretaria de Transportes. Os servidores da Casped, entretanto, eram fantasmas e alguns tinham parentesco com os próprios ex-gestores do órgão. A sindicância feita pelo DFTrans em novembro de 2009 apurou desvio de R\$ 2.931.454,16. Entre os comprovantes da fraude, estavam sete depósitos com valor médio de R\$ 3,5 mil, em favor de Vera Maria Pozza Urnau, mãe de Júlio Urnau, que era o secretário adjunto da Secretaria de Transportes. (MP)